

3° SIMULADO

# DEPEN

AGENTE FEDERAL DE  
EXECUÇÃO PENAL

PÓS-EDITAL



**Estratégia**  
Concursos

# Simulado Especial

## 3º Simulado DEPEN

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como "certo" ou "errado".
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DEPEN-31-05-20>**

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

**PORTUGUÊS**

Felipe Luccas

**TEXTO I**

O detector de mentiras, ou polígrafo, foi criado em 1924 e hoje é uma tecnologia obsoleta. Em uma pesquisa realizada em 1991, dois terços dos cientistas americanos com qualificação em ciências forenses e áreas correlatas consideraram a detecção de mentiras uma pseudociência.

Yuri Felix, diretor do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, afirma que “estados, empresas, órgãos de investigação e a própria comunidade científica americana, onde surgiu este instrumento de suposta detecção, já atestaram sua falta de credibilidade e, principalmente, cientificidade.” Mesmo assim, 2,5 milhões de testes de polígrafo são realizados nos EUA por ano, de acordo com uma apuração da revista Wired. Eles saem por US\$ 700 cada.

O que o aparelho faz é detectar flutuações na pressão sanguínea, na frequência dos batimentos cardíacos etc. De fato, o coração de um mentiroso tende a disparar (dentre outras flutuações fisiológicas). Contudo, um réu inocente em um interrogatório também pode ficar ansioso e gerar um falso positivo. Assim como um mentiroso treinado é capaz de induzir um falso negativo e burlar o artifício.

<https://super.abril.com.br/blog/oraculo/o-detector-de-mentiras-e-evidencia-suficiente-para-condenar-alguem/>

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. De acordo com o texto, o polígrafo não constitui instrumento confiável para a detecção de mentiras, em virtude da possibilidade de resultados falsos.
02. O vocábulo “obsoleta” (1º parágrafo) foi empregado com sentido de “ultrapassada”.
03. No primeiro período do texto, a conjunção “ou” indica relação de sinonímia.

04. No último período do texto, verifica-se uma ideia de comparação.

05. Sem prejuízo à correção gramatical, a forma “consideraram” (1º parágrafo) poderia ser flexionada no singular.

06. O termo “uma pseudociência” (1º parágrafo) possui função de complemento de “consideraram”.

07. A vírgula após 1991 (1º parágrafo) foi empregada para enfatizar o segmento, mas possui caráter facultativo.

08. A substituição de “onde” (2º parágrafo) por “nas quais” manteria a correção gramatical e os sentidos originais.

09. O vocábulo “Mesmo” (2º parágrafo) poderia ser substituído por “Ainda”, sem prejuízo aos sentidos originais.

10. Sem prejuízo à correção gramatical e às relações sintáticas originais, o período “Eles saem por US\$ 700 cada” (2º parágrafo) poderia ser assim reescrito: Saem por US\$ 700 cada um.

11. O conectivo “Contudo” (3º parágrafo) expressa oposição e poderia ser substituído por “Mas”, sem prejuízo gramatical ou semântico.

12. Sem prejuízo à correção gramatical, as vírgulas que isolam “principalmente” (2º parágrafo) poderiam ser suprimidas.

**ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO****Paulo Guimarães**

13. Sobre a ética e a moral julgue a assertiva abaixo:

A Moral prescreve conduta, é normativa, enquanto a Ética estuda este fenômeno.

14. Julgue a assertiva abaixo:

Os valores conferem importância ou relevância a uma determinada conduta ou ato.

**RACIOCÍNIO LÓGICO****Guilherme Neves**

Uma pesquisa foi realizada com alguns alunos fundadores do novo Sistema de Questões do Estratégia Concursos. Sabe-se que foram entrevistados 50 homens e 30 mulheres e que 35% dos entrevistados não possuem nível superior. Além disso, sabe-se que 64% dos homens possuem nível superior. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

15. Mais de 50% das mulheres possuem nível superior.

16. Mais de 65% dos entrevistados que não possuem nível superior são homens.

17. Se duas mulheres que possuem nível superior serão selecionadas aleatoriamente para serem contratadas como cadastradoras de questões do Sistema de Questões, então há mais de 350 maneiras de serem selecionadas as duas mulheres.

18. Se uma pessoa é sorteada aleatoriamente, a probabilidade de que seja uma mulher, dado que possui nível superior, é inferior a  $2/5$ .

Considerando as proposições P: "Se uso máscara, então estou protegido" e Q: "Se não saio de casa durante a quarentena, então posso estudar mais", julgue os itens a seguir acerca da lógica sentencial.

19. A proposição P é logicamente equivalente à proposição "Se não uso máscara, então não estou protegido".

20. A negação da proposição Q é logicamente equivalente à proposição "Se saio de casa durante a quarentena, então não posso estudar mais".

21. A tabela verdade da proposição  $P \vee [\sim Q]$  possui no máximo 4 linhas.

22. A proposição Q é logicamente equivalente à proposição "Saio de casa durante a quarentena ou posso estudar mais".

**INFORMÁTICA****Diego Carvalho**

23. A Deep Web – também conhecida como Web Profunda – é o nome dado à menor porção da web que não é indexada por mecanismos de busca convencionais, sendo inacessível por meios de navegadores tradicionais e frequentemente utilizada para atividades ilícitas.

24. No Padrão IEEE 802.15, Um mesmo dispositivo pode ser escravo em mais de uma piconet simultaneamente, mas só poderá ser mestre de uma única piconet.

25. O VoIP (Voice over IP) é uma aplicação orientada à conexão e não-confiável, ambos supridos por meio da utilização do protocolo UDP.

26. O recurso de Senha Mestra do Mozilla Firefox permite salvar nomes de usuário e senhas utilizadas para acessar serviços online, como sites de bancos e e-mails. Trata-se de um recurso bastante recomendado quando um computador é compartilhado com outras pessoas.

27. Correio eletrônico é um método que permite compor, enviar e receber mensagens através de sistemas eletrônicos de comunicação, sendo que o endereço de e-mail [www@estrategiaconcursos.com.br](mailto:www@estrategiaconcursos.com.br) não é um endereço de e-mail válido.

28. A esteganografia é um tipo de criptografia simétrica que utiliza uma chave secreta utilizada tanto para encriptação quanto para decifração.

29. Pharming é um tipo específico de Phishing que envolve o redirecionamento da navegação do usuário para sites falsos, por meio de alterações no serviço de DNS (Domain Name System). Neste caso, quando você tenta acessar um site legítimo, o seu navegador Web é redirecionado, de forma transparente, para uma página falsa.

30. O RAID 6 é um arranjo com características próximas ao RAID 5, mas acrescentando dupla paridade às informações gravadas. Esse tipo de sistema pode ser implementado a partir de dois discos e é utilizado em situações que demandam maior segurança para as informações armazenadas.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito do Poder Executivo, analise os itens 31 e 32.

31. O Poder Executivo da União é exercido por estrutura pluripessoal, uma vez que é composto do Presidente da República e dos Ministros de Estado.

32. Na qualidade de chefe de Estado, compete ao Presidente da República manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, analise os itens de 33 e 38.

33. A Constituição Federal assegura aos litigantes em geral, nos processos judiciais, o contraditório e a ampla defesa. Essa relação entre o Estado e o indivíduo ilustra hipótese de eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

34. Os direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Federal são destinados apenas aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil.

35. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, *habeas data* é via processual inadequada para se obter vista de processo administrativo.

36. Em hipótese de iminente perigo público, a autoridade pública competente poderá requisitar a propriedade particular, sendo assegurada ao proprietário indenização apenas em caso de dano.

37. A Constituição Federal assegura às presidiárias o direito de permanecerem com seus filhos por cento e oitenta dias, período necessário à amamentação.

38. A cassação de direitos políticos é admitida pela Constituição Federal em algumas hipóteses excepcionais, como é o caso de condenação criminal transitada em julgado.

**DIREITO ADMINISTRATIVO****Herbert Almeida**

Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990), julgue os itens a seguir.

**39. Situação hipotética:** João é servidor público federal casado com Joana, também servidora federal. Os dois residem na cidade do Rio de Janeiro. Nas próximas eleições federais, Joana pretende concorrer a uma vaga de senadora. Caso seja eleita, Joana pretende se mudar para a capital federal, onde exercerá as atribuições do mandato eletivo. **Assertiva:** nessa hipótese, João poderá requerer licença em decorrência do afastamento de sua esposa, sendo que a licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.

**40.** José, servidor público federal, completou em 2020 dez anos de efetivo exercício. Nesse caso, se houver interesse da administração, o servidor poderá se afastar de seu cargo para participar de curso de capacitação profissional, com remuneração, por até seis meses, relativos aos dois quinquênios acumulados.

**41.** A licença para o gozo de interesses particulares do servidor em estágio probatório é concedida a critério discricionário da administração, por até três anos consecutivos e sem remuneração, podendo ser interrompida a qualquer tempo no interesse do serviço.

A respeito das licitações públicas (Lei nº 8.666/1993) e do regulamento do pregão eletrônico (Decreto nº 10.024/2019), julgue os itens a seguir.

**42.** Entidade da administração federal pretende realizar procedimento licitatório para aquisição de alguns serviços de reforma em seu edifício. Nesse procedimento licitatório, além da observância da isonomia, a administração deverá selecionar a proposta mais vantajosa, ou seja, necessariamente a proposta de menor preço.

**43.** Suponha que uma autarquia federal prepare e divulgue, nos termos da lei, licitação para aquisição de bens necessários à prestação de seus serviços, sem os quais suas atividades ficariam prejudicadas. Em uma primeira tentativa, nenhum interessado compareceu para apresentar propostas. Após a remessa dos autos ao setor competente, houve comunicação informando que seria inviável aguardar a realização de novo processo de licitação, uma vez que a demora poderia gerar graves prejuízos à administração. Nessa situação, a compra dos bens poderá ocorrer por dispensa de licitação, desde que mantidas todas as condições preestabelecidas.

**44.** Unidade administrativa da administração federal realizará algumas obras em seu edifício sede e pretende contratar sua execução através de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico. Nessa situação, o pregão é modalidade cabível e obrigatória e a apresentação da proposta e dos documentos de habilitação deverá ocorrer em prazo não inferior a oito dias úteis.

Acerca dos convênios regulados pelo Decreto nº 6.170/2007, julgue os itens a seguir.

**45.** Para a celebração de convênio com entidades privadas sem fins lucrativos, a administração, em regra, deverá promover chamamento público, visando à seleção de projetos ou de entidades que tornem mais eficaz o objeto do ajuste.

**46.** No caso de inadimplemento por parte da entidade privada sem fins lucrativos quanto ao pagamento dos encargos trabalhistas e fiscais, a administração será solidariamente responsável pela quitação do débito.

**DIREITO PENAL**

Renan Araújo

**TEXTO-BASE para os itens 47 a 50**

**Situação hipotética:** José e Maria, primários e de bons antecedentes, namorados, decidiram obter vantagem patrimonial indevida em prejuízo do pai de José, Alfredo. Para tanto, ambos obtiveram fotografias constrangedoras nas quais Alfredo saía de um motel com uma moça mais jovem, que seria sua amante. Posteriormente, exigiram que Alfredo depositasse R\$ 10.000,00 na conta de cada um, caso contrário, dariam publicidade às fotografias, expondo-as na festa de aniversário da vítima, marcada para a semana seguinte, oportunidade na qual Alfredo celebraria seus 63 anos de idade junto a seus familiares.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

**47. Assertiva:** no caso em tela, nenhum dos agentes é isento de pena, apenas em razão da idade da vítima.

**48. Assertiva:** José e Maria praticaram o crime de extorsão, não sendo necessário que Alfredo pague a quantia exigida para que haja consumação do crime.

**49. Assertiva:** por ter sido praticado por duas pessoas, a pena dos agentes será majorada de um terço à metade.

**50. Assertiva:** ainda que José e Maria, antes do recebimento da denúncia, restituam integralmente eventual valor pago por Alfredo, não será cabível a redução de pena em razão do arrependimento posterior.

**TEXTO-BASE para os itens 51 a 53**

**Situação hipotética:** José e Pedro arrombaram um dos portões que dá acesso a determinado estabelecimento prisional e promoveram a fuga de Eduardo, amigo dos infratores. O sucesso da empreitada criminosa foi facilitado pelo fato de que o servidor responsável pela custódia dos presos naquele turno encontrava-se dormindo em horário de expediente.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

**51. Assertiva:** José e Pedro praticaram o crime de arrebatamento de preso, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos.

**52. Assertiva:** o fato de o crime ter sido praticado por mais de uma pessoa e mediante arrombamento é circunstância que qualifica o crime praticado por José e Pedro.

**53. Assertiva:** a conduta do funcionário responsável pela guarda do preso configura fato atípico, eis que não houve dolo.

**54.** Acerca da consumação e da tentativa, julgue o item seguinte:

Considera-se tentado o crime quando, uma vez iniciada a execução, não se consuma o delito por circunstâncias alheias à vontade do agente. Nesse caso, como regra, a pena será reduzida de um a dois terços, tendo como critério os antecedentes do réu.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Priscila Silveira

**55.** A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, vigendo em regra o princípio da irretroatividade, salvo quando a norma processual penal material tiver conteúdo de direito penal, retroagindo em benefício do acusado.

**56.** O princípio do juiz natural pressupõe a existência de um órgão julgador técnico e isento, com competência estabelecida na própria Constituição e nas leis de organização judiciária de modo a impedir que ocorra julgamento arbitrário ou de exceção.

57. Não há contraditório no inquérito policial, procedimento eminentemente inquisitório, de forma que o defensor, ainda que no interesse do representado, não tem direito a acesso amplo aos elementos de prova já documentados nos autos e que digam respeito ao direito de defesa.

58. No que tange à ação penal julgue o item a seguir. O ofendido ou quem tenha qualidade para representá-lo pode retirar a representação durante toda a tramitação da ação penal, sendo que a representação só será irretratável após a sentença.

59. A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que tenham testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

60. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por clamor social, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

61. A ordem de habeas corpus deve ser concedida exclusivamente em caso de estar alguém sofrendo violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder,

62. Nos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

## DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Lilian Novakoski

63. A Constituição Federal elenca um rol de direitos e garantias fundamentais, que possuem aplicação imediata, não dependendo de nenhum fator para sua concretização jurídica.

64. Situação hipotética: no Estado do Paraná, está ocorrendo a investigação sobre o homicídio de um militante na defesa dos direitos humanos, principalmente no combate a exploração do trabalho infantil. Porém, as investigações correm de forma morosa, com várias denúncias de falhas e sem resposta enérgica do Poder Judiciário Estatal. Nesta hipótese, o Procurador Geral da República poderá suscitar perante o STJ incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

65. Os tratados internacionais sobre direitos humanos, aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos terão status Constitucional.

Julgue as assertivas de acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos

66. A Declaração Universal de Direitos Humanos é resolução da Assembleia Geral da ONU, que foi proclamada em 1948, após o fim da segunda guerra mundial, importante marco histórico para a internacionalização dos Direitos Humanos e construção de um sistema de proteção internacional dos direitos humanos.

67. Aquele que é acusado de um ato criminoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

68. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica, em locais abertos ao público, devendo avisar previamente autoridade competente.

Tendo por base o PNDH III – Decreto 7.037/2009, julgue as assertivas

69. É previsto no Eixo Orientador IV do PNDH III a democratização e modernização do sistema de segurança pública, devendo ser adotado como ação programática a criação de base de dados unificada que permita o fluxo de informações entre os diversos componentes do sistema de segurança pública e a Justiça criminal

70. O PNDH III, traz em seu eixo orientador IV a Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate a Violência, prevendo como diretrizes, entre outras, a Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos e Garantia dos direitos das vítimas de crimes e de proteção das pessoas ameaçadas

### LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Luciana Peixoto

A Lei Federal nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, batizada “Nova Lei de Abuso de Autoridade”, cuida dos crimes de abuso de autoridade, em substituição à Lei nº 4.898/1965. Sobre o novo diploma normativo, julgue os itens que se seguem.

71. São sujeitos ativos dos novos delitos de abuso de autoridade quaisquer agentes públicos, servidores ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território, compreendendo e limitando, conforme o rol taxativo previsto no artigo 2º caput do novel diploma: servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas; membros do Poder Legislativo; membros do Poder Executivo; membros do Poder

Judiciário; membros do Ministério Público; membros dos tribunais ou conselhos de contas.

72. O novo diploma legal estabelece que o crime de abuso só ocorrerá se praticado pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal, não sendo possível a existência da figura culposa dos tipos penais.

73. Não há pena de reclusão na Lei 13.826/19, ou seja, as penas privativas de liberdade cominadas aos crimes previstos como abuso de autoridade são de detenção.

A Lei 8.429/92 dispõe sobre improbidade administrativa. Tendo como base o referido diploma normativo julgue como certo ou errado os itens 74 a 77.

74. Permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade do Departamento Penitenciário Nacional, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essa entidade constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, nos termos da Lei 8.429/92.

75. Aos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato, as sanções de ressarcimento integral do dano (se houver), perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

76. Tendo em vista o interesse supraindividual da ação de improbidade administrativa, não será admitida a celebração de acordo de não persecução civil.

Com fundamento na Lei 12.850/13 (Lei de Organizações Criminosas), julgue os itens a seguir.

77. O indivíduo que exerce o comando individual da organização criminosa, terá sua pena aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), ainda que não pratique pessoalmente os atos de execução.

78. Constitui crime previsto na Lei de Organização Criminosa, impedir ou, de qualquer forma, embaraçar a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.

79. O condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa poderá progredir de regime de cumprimento de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais, ainda que existam elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo.

80. Existindo indícios suficientes que o funcionário público integra organização criminosa, o juiz poderá determinar o afastamento cautelar do cargo, emprego ou função com prejuízo da remuneração.

## EXECUÇÃO PENAL

Marcos Girão

A respeito da Portaria Interministerial MJ/SEDH nº 4.226/2010, julgue os itens a seguir.

81. A observância das diretrizes mencionadas na Portaria Interministerial MJ/SEDH nº 4.226/2010 passa a ser obrigatória pelo Departamento de Polícia Federal, pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e pela Força Nacional de Segurança Pública.

82. O uso da força por agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios da necessidade, da eficiência, da legalidade, da conveniência e da proporcionalidade.

83. **Situação hipotética.** O Agente da PF Pacífico Guerra ao perseguir um meliante desarmado que estava fugindo após o cometimento de um crime, efetuou vários disparos com sua arma de fogo, no intuito de conter a fuga do indivíduo. **Assertiva.** O caso citado é um dos que são permitidos pelas regras das Portaria nº 4.226/10, pois trata-se de um policial federal atuando com o fulcro de conter indivíduo envolvido ação delituosa.

De acordo com a Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública, julgue os próximos itens.

84. A operacionalização do SIC4 favorece a gestão integrada, a consciência situacional e a tomada de decisão compartilhada, mantendo-se o poder de decisão e as atribuições dos órgãos. Para tanto, deve contemplar três níveis de responsabilidade: o Estratégico, o Tático e o Operacional, considerando a envergadura/dimensão da operação a ser realizada, a fim de não restringir a atuação integrada nos diversos níveis.

85. As premissas de Atuação Integrada estão alinhadas às competências e atribuições da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em consonância com os objetivos e estratégias colimadas na Política Nacional de Segurança Pública, e serão levadas em consideração nas ações e operações integradas de segurança pública e defesa social. É correto afirmar que tais premissas são baseadas em alguns pressupostos tais como o respeito à autonomia dos entes federativos e atribuições legais dos órgãos de segurança pública e defesa social; e a utilização de um ambiente, preferencialmente, comum para gestão e monitoramento das ações e operações integradas.

86. No nível tático de operacionalização do SIC4 ocorre a elaboração dos planos de execução (ordens de serviço, de missão, de execução ou documentos similares adotados pelos respectivos órgãos) com base nas diretrizes, objetivos, missões e atribuições estabelecidas nos Planos Estratégicos de Atuação Integrada e nos Planos Operacionais Integrado.

Conforme o texto da Lei nº 13.675/2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública julgue os itens.

87. É uma diretriz da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) o respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos e garantias individuais e coletivos.

88. O Ministério Extraordinário da Segurança Pública fixará, semestralmente, metas de excelência no âmbito das respectivas competências, visando à prevenção e à repressão das infrações penais e administrativas e à prevenção dos desastres, e utilizará indicadores públicos que demonstrem de forma objetiva os resultados pretendidos.

89. É correto afirmar que se trata não de uma diretriz, mas de um objetivo da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) o fomento à integração em ações estratégicas e operacionais, em atividades de inteligência de segurança pública e em gerenciamento de crises e incidentes.

Com relação à Portaria MJSP nº 157/2019, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima, julgue os itens subsecutivos.

90. A visita social no Sistema Penitenciário Federal pode ocorrer em pátio de visitação, em parlatório e por videoconferência. No entanto, as visitas sociais aos estabelecimentos penais federais de segurança máxima, respeitadas algumas exceções, serão

restritas ao parlatório e por videoconferência, sendo destinadas exclusivamente à manutenção dos laços familiares e sociais, e sob a necessária supervisão.

91. Nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima a visita social em parlatório é restrita ao cônjuge e companheira que, separados por vidro, deverão se comunicar com os detentos por meio de interfone.

92. **Situação hipotética.** O Diretor de um estabelecimento penal federal, o Sr. Vá Boa Sorte, resolveu suspender, em ato motivado, as visitas de todos os presos por um prazo 10 (dias), por conta de uma rebelião que esteja em curso no referido estabelecimento. **Assertiva.** O motivo pelo qual o Sr. Boa Sorte resolveu suspender as visitas é válido, mas ele errou quanto ao prazo de suspensão, que deveria ter sido 15 (quinze) dias, período esse prorrogável por igual período.

A respeito da Lei Federal nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), julgue os itens seguintes.

93. **Situação hipotética.** O preso Uósteles Power é condenado que cumpre pena em regime semiaberto. Ele recebeu permissão para sair do estabelecimento penal, mediante escolta, para acompanhar o velório de seu pai, falecido no dia anterior. **Assertiva.** Se o preso Power tivesse cumprindo pena por ter sido condenado pela prática de crime hediondo com resultado morte, a ele seria vedada tal permissão de saída.

94. A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento penal, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 chefes de serviço, 1 psiquiatra, 1 psicólogo e 1 assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

95. O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, independentemente do regime de execução, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

96. **Situação hipotética.** Há comprovados indícios de que o preso condenado, Waldir de Jesus Brabo, continua a exercer liderança em milícia privada. **Assertiva.** É seguro afirmar que o condenado Jesus Brabo será submetido ao regime disciplinar diferenciado, a ser obrigatoriamente cumprido em estabelecimento prisional federal.

97. A LEP prevê a realização de censos penitenciários. Esses censos deverão apurar, dentre outros quesitos, o nível de escolaridade dos presos e das presas; a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos; e a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo.

98. A LEP assegura a assistência religiosa, com liberdade de culto, que deverá ser prestada tanto aos presos quanto aos internados. A eles será permitida a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

99. **Afirmção 1:** incumbe à Defensoria Pública visitar os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento, e requerer, quando for o caso, a apuração de responsabilidade. **Afirmção 2:** incumbe ao Patronato visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca. **Assertiva.** As duas informações estão incorretas.

100. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração

Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. O limite máximo do número de presos será de 20% do total de empregados na obra.

101. Não está errado afirmar que a LEP proíbe taxativamente ao integrante dos órgãos da execução penal, e ao servidor, a divulgação de ocorrência que perturbe a segurança e a disciplina dos estabelecimentos, bem como exponha o preso à inconveniente notoriedade, durante o cumprimento da pena.

102. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. Ele terá 1 (um) dia de pena remido a cada 3 (três) dias de trabalho e 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em 3 (três) dias. A frequência escolar poderá ser comprovada em atividade de ensino fundamental, médio, superior, profissionalizante ou ainda de qualificação profissional

103. A todo condenado que seja internado ou submetido a tratamento ambulatorial é garantida a liberdade de contratar médico de sua confiança pessoal, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento.

104. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado. Agora, se for reincidente de crime hediondo ou equiparado com resultado morte, aí esse preso, para que possa progredir de regime, deverá ter cumprido ao menos 60% (sessenta por cento) da pena.

**105.** O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 14 membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas.

### DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tiago Zanolla

**106.** De acordo com o Decreto 6.049/2007, a Corregedoria-Geral de Justiça é um órgão auxiliar do Sistema Penitenciário Federal.

**107.** De acordo com o Decreto 6.049/2007, a Ouvidoria do Sistema Penitenciário Nacional é incumbida de receber qualquer tipo de solicitação, reclamação e denúncias em geral.

Pancenildo foi recolhido à Penitenciária Federal no dia 20 de agosto de 2020. Acerca do processo de inclusão do detento e do Decreto 6.049/2007, julgue os itens a seguir.

**108.** Deverá ser feita a comunicação à família do preso ou pessoa por ele indicada, efetuada pelo setor de assistência social do estabelecimento penal federal, acerca da localização onde se encontra e das condições físicas do detento.

**109.** Deverá ser prestado informações ao preso, sempre por escrito, sobre as normas que orientarão o seu tratamento.

**110.** Deverá ser certificado as condições físicas e mentais do preso pelo estabelecimento penal federal.

**111.** Caso no ato de inclusão forem detectados indícios de violação da integridade física ou moral do preso, ou verificado quadro de debilidade do seu estado de saúde, tal fato deverá ser imediatamente comunicado ao diretor do estabelecimento penal federal.

Recebida a comunicação, o diretor do estabelecimento penal federal deverá adotar as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade.

Acerca das assistências prestadas ao preso, julgue os itens a seguir.

**112.** Poderá ser prestada ao preso e ao egresso assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, psicológica e religiosa.

**113.** É assegurada a liberdade de culto e de crença, garantindo a participação de todas as religiões interessadas, atendidas as normas de segurança e os programas instituídos pelo Departamento Penitenciário Federal.

João remeteu correspondência sem registro pelo setor competente. Josias estava andando somente de cueca do estilo elefante (com tromba). Joca faltou com os deveres de urbanidade frente à autoridade. José praticou fato previsto como crime doloso.

Acerca da Disciplina prevista no Decreto n. 6049/2007, julgue os itens a seguir:

**114.** João cometeu falta leve.

**115.** Josias cometeu falta média.

**116.** Joca cometeu falta grave

**117.** José cometeu falta gravíssima.

- 118.** Equipara-se ao bom comportamento carcerário o do preso cujo prontuário registra a prática de faltas, com reabilitação posterior de conduta.
- 119.** Joca será considerado reabilitado após seis meses.
- 120.** Somente será permitido ao estabelecimento penal federal utilizar cães para auxiliar na vigilância e no controle da ordem e da disciplina após cumprirem todos os requisitos exigidos em ato do Ministério da Justiça que tratar da matéria.



# Estratégia

## Concursos

## Prova Discursiva

**Carlos Roberto**

[...]

Ao longo de 55 anos, os Estados usaram as “Regras Mínimas para o Tratamento de Presos” como um guia para estruturar sua Justiça e sistemas penais. Ocorre que essas regras nunca tinham passado por revisão até o ano passado, quando, finalmente, em 22 de maio de 2015, as Nações Unidas oficializaram novo quadro de normas, incorporando novas doutrinas de direitos humanos para tomá-las como parâmetros na reestruturação do atual modelo de sistema penal e percepção do papel do encarceramento para a sociedade. Editaram-se, pois, as chamadas Regras de Mandela. O novo Estatuto levou em consideração instrumentos internacionais vigentes no país, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e seu Protocolo Facultativo.

Além disso, observou quanto à necessidade de cuidado diferenciado, considerando a situação específica de crianças, adolescentes e mulheres submetidos à administração da justiça, em particular enquanto se encontram em situação de privação de liberdade, como está previsto nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude (Regras de Pequim), Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Diretrizes de Riad), e nas Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade e Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para as Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok).

A atualização das Regras Mínimas fornece-nos orientações atualizadas e muito mais precisas, com instruções exatas para enfrentar a negligência estatal, prestigiando a dignidade daqueles em situação de privação de liberdade para devolver-lhes a essência de seres humanos que são e, bem por isso, obrigam sejam respeitados, proteção contra qualquer espécie de tratamento ou castigo degradante ou desumano, acomodações razoáveis para pessoas com deficiências físicas e mentais, entre outras orientações.

Apesar de o Governo Brasileiro ter participado ativamente das negociações para a elaboração das Regras Mínimas e sua aprovação na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2015, até o momento não está essa normativa repercutida em políticas públicas no país, sinalizando o quanto carece de fomento em nosso país a valorização das normas de direito internacional dos direitos humanos.

As Regras de Mandela podem e devem ser utilizadas como instrumentos a serviço da jurisdição e têm aptidão para transformarem o paradigma de encarceramento praticado pela justiça brasileira.

[...]

Com adaptações. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4dod8501fo6a4ba8b4de.pdf>. Acesso em 27 de maio de 2020.

Considerando que o texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema.

### **INVISIBILIDADE DOS PRESOS NO BRASIL: É POSSÍVEL PENSAR NA RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO NUM CENÁRIO DE CONSTANTE OFENSA A SUA DIGNIDADE?**

Em seu texto, posicione-se claramente em relação à pergunta constante no tema e aborde os seguintes aspectos:

1. Os objetivos da execução penal no Brasil; [6,50 pontos]
2. A dignidade do preso no contexto de desrespeito às Regras de Mandela; [6,50 pontos]
3. Medidas para a superação desse cenário. [6,00 pontos]

**FOLHA DE RESPOSTA**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DEPEN-31-05-20>

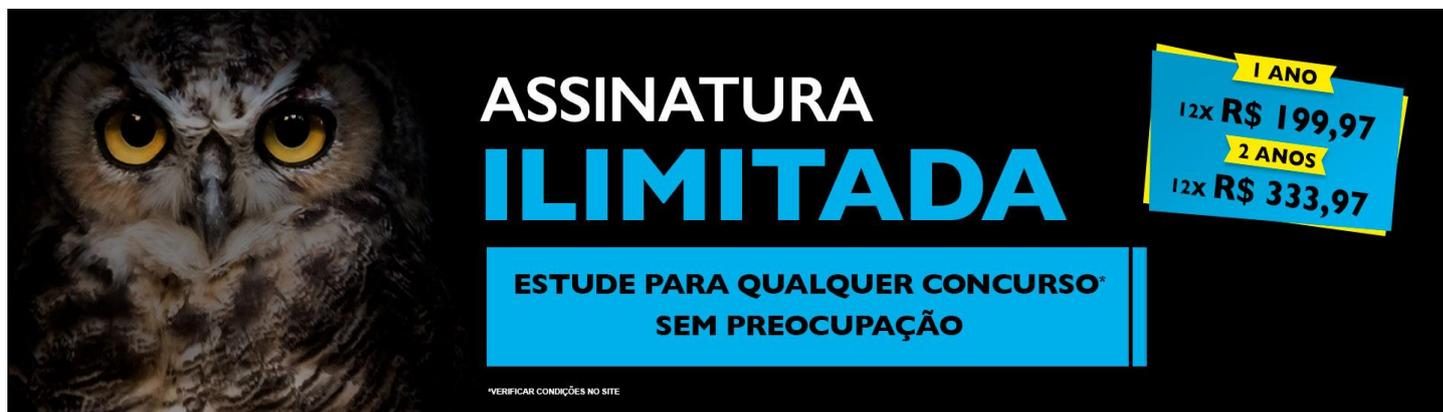
### **Conheça nosso Sistema de Questões**

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!*



### **Não é assinante?**

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*



**ASSINATURA**  
**ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\***  
**SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12X R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12X R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE